

DAF - COMUNICAÇÃO Nº 2/2013

Na sequência da aprovação do Orçamento de Estado para 2013 (Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro) foram introduzidas um conjunto de novas disposições fiscais as quais têm impacto direto sobre os rendimentos das pessoas singulares.

De seguida enumeramos essas alterações e as respetivas consequências nos vencimentos de Janeiro e de Fevereiro do corrente ano.

Novas tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos de trabalho dependente e sobre pensões.

As tabelas de retenção na fonte relativas a titulares residentes no Continente para o ano de 2013 (Despacho n.º 796-B/2013, de 14 de Janeiro, do Ministério das Finanças), já se encontram publicadas.

No entanto, de acordo com o Despacho do Governo é possível aplicar estas novas tabelas apenas no processamento salarial do mês de Fevereiro.

O iBET, tomando em consideração tal possibilidade, vai aplicar as novas tabelas **somente em Fevereiro**, retroagindo nesse mês o respetivo cálculo a Janeiro.

Sobretaxa extraordinária de 3,5%.

A retenção correspondente a esta sobretaxa será efetuada mensalmente, e obrigatoriamente já neste **mês de Janeiro**, e durante todos os meses de 2013, aplicando-se a todas as rubricas (ou à parte não isenta destas) sujeitas a IRS e/ou Segurança Social, de acordo com a seguinte formula:

- Retenção na fonte de 3,5% sobre o valor que resulta:
 - do rendimento mensal **Líquido** (após descontado o IRS e a contribuição para a Segurança Social);
 - e da dedução do valor do Salário Mínimo Nacional = 485,00 €.
- De seguida apresentamos um exemplo:
 - **Venc. A** = Vencimento Base Bruto
 - **Venc. B** = Venc. A – IRS – Seg. Social
 - **S.E. = Sobretaxa Extra** = (Venc. B – 485,00€) x 3,5%
 - **Vencimento líquido a receber** = Venc. B – S.E.

Pagamento em dinheiro do Subsídio de Refeição.

Foi novamente alterado, a partir de **1 de Janeiro**, o limite a partir do qual há sujeição a IRS relativamente ao Subsídio de Refeição, mas apenas para já, nas situações em que o pagamento é feito em dinheiro. Assim, o referido limite de isenção reduz-se para 4,27 €, quando anteriormente era de 5,12 €.

Verifica-se ainda nesta situação o impacto relativo ao desconto para a Segurança Social, uma vez que, sobre a parte do valor não isento, incide contribuição para a Segurança Social.

No caso do pagamento do **Subsídio de Refeição ser efetuado através de Cartão / Vale de Refeição** o limite não foi alterado, mantendo-se o valor isento em 6,83 €, tendo o iBET optado já por esta modalidade mantendo o valor diário em 6,41€.

Lei dos Duodécimos.

Esta Lei, que se encontra a aguardar publicação, vem estabelecer para 2013 o pagamento de metade do Subsídio de Férias e de metade Subsídio de Natal em duodécimos, isto é, o pagamento em partes iguais ao logo que cada um dos doze meses do ano de 2013, mantendo-se a restante parte do pagamento destes dois Subsídios (50%) nas datas e nos termos que estavam a ser aplicados nos anos anteriores.

A Lei **SERÁ aplicada** a todos os Colaboradores com **CONTRATO SEM TERMO, com exceção dos que manifestamente expressarem formalmente o desejo de que a mesma não se lhes aplique**, mantendo o pagamento do Subsídio de Férias e do Subsídio de Natal nos mesmos moldes em que estava a ser aplicado no ano de 2012.

Essa declaração escrita deverá ser feita nos termos a seguir indicados e entregue na secção de pessoal. Neste momento, a Proposta de Lei determina um prazo máximo de cinco dias após a publicação da Lei para os Colaboradores se pronunciarem.

O iBET considerando que a Lei seja publicada até ao final do corrente mês, alargou este prazo até ao dia 8 de Fevereiro.

Se a referida declaração escrita não for recebida até esta data os subsídios serão processados de acordo com regime transitório previsto no diploma legal em referência.

Eu,.....(nome completo legível), com o NIF (número de identificação fiscal)..... expresso, ao abrigo do nº 1 do Art. 10º da Lei que estabelece o regime temporário de pagamento dos subsídios de Natal e de Férias dos Duodécimos, o desejo de que não me seja processado o pagamento em duodécimos de metade do Subsídio de Férias e metade do Subsídio de Natal. Assumo ainda expressamente que esta decisão é válida para o ano de 2013 ou até que a referida Lei venha a ser alterada.

Data:

Assinatura:

A Lei **NÃO será** aplicada a todos os Colaboradores com **CONTRATO A TERMO, com exceção dos que manifestamente expressarem formalmente o desejo de que a mesma se lhes aplique**.

Essa declaração escrita deverá ser feita nos termos a seguir indicados e entregue na secção de pessoal. Neste momento, a Proposta de Lei determina um prazo máximo de cinco dias após a publicação da Lei para os Colaboradores se pronunciarem.

O IBET considerando que a Lei seja publicada até ao final do corrente mês, alargou este prazo até ao dia 8 de Fevereiro.

Se a referida declaração escrita não for recebida até esta data os subsídios serão processados de acordo com regime anterior ao previsto no diploma legal em referência.

Eu,.....(nome completo legível), com o NIF (número de identificação fiscal)..... expresso, ao abrigo do Art. 3º da Lei que estabelece o regime temporário de pagamento dos subsídios de Natal e de Férias dos Duodécimos, o desejo de que me seja processado o pagamento em duodécimos de metade do Subsídio de Férias e metade do Subsídio de Natal. Assumo ainda expressamente que esta decisão é válida para o contrato a decorrer durante o ano de 2013 ou até que a referida Lei venha a ser alterada.

Data:

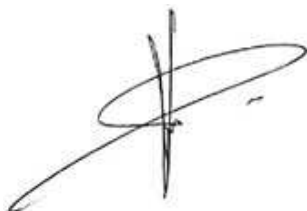
Assinatura:

Em face do atraso verificado na publicação desta Lei, não é possível considerar o pagamento dos duodécimos no corrente mês de Janeiro.

Assim, no próximo processamento salarial do **mês de Fevereiro**, serão disponibilizados os duodécimos correspondentes aos meses de Janeiro e Fevereiro, salvo para quem venha a manifestar formalmente o desejo de que esta Lei não se lhe aplique.

Como habitualmente, caso necessite de informação adicional ou clarificar qualquer questão, o DAF encontra-se ao dispor.

Oeiras, 24 de janeiro de 2013



Luis Morais

DAF